

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

REQUERIMENTO Nº

de 2017

(do Sr. Sergio Zveiter)

Solicita realização de Audiência Pública para discussão do PDC 640/17, que "Convoca plebiscito para consultar a população acerca do seu interesse em manter o voto obrigatório no País ou em adotar o voto facultativo".

Senhor Presidente,

Nos termos das disposições constitucionais, legais e regimentais, requeiro seja submetido à deliberação do Plenário desta Comissão o pedido ora formulado de realização de audiência pública para discutir o PDC 640/17, que "Convoca plebiscito para consultar a população acerca do seu interesse em manter o voto obrigatório no País ou em adotar o voto facultativo".

Para tanto, solicito que sejam convidados para participar da audiência:

- a) **Sr. Márlon Reis -** Advogado, especialista em Direito Eleitoral e Partidário;
- **b) Sr. Luti Guedes -** Cientista Político, Coordenador Brasil da Fundação Cidadania Inteligente.



<u>JUSTIFICATIVA</u>

A democracia representativa, baseada no voto direto, livre e secreto de todos os cidadãos, é um processo social em constante construção, resultante das trajetórias culturais, políticas e econômicas de cada país.

No entanto, segundo pesquisa publicada no Informe 2017, do Latinobarômetro, organização ligada ao PNUD, 78% dos entrevistados preferem regime democrático a governos autoritários. Em 1995, apenas 60% concordavam com esta ideia. Apesar desta boa nova, a mesma pesquisa identificou que, em 2017, somente 13% dos latino-americanos estão satisfeitos com a democracia concretamente existente em seus respectivos países. Sendo que em 2007, este total era de 57%.

No Brasil, apenas 3% dos entrevistados pelo Latinobarômetro em 2017 afirmam que aqui se governa para o bem de toda a população. Vivemos um período de crise, e parte desta crise envolve os mecanismos de funcionamento da democracia brasileira.

A população brasileira, desde que o voto direto foi reintroduzido no ordenamento jurídico, elegeu 4 presidentes da república, passou por dois processos de Impeachment e três reeleições presidenciais. Apesar das falhas de nosso sistema, o cidadão brasileiro tem dado demonstrações efetivas de maturidade e responsabilidade políticas.

Desde 2013, o povo vem manifestando seu descontentamento com os processos de formulação e implementação das ações estatais. Os partidos e os políticos são alvos de constantes críticas e ações. Assim como a pouca utilização de instrumentos para consultas sobre o posicionamento dos cidadãos em temas fundamentais para o país.

Este quadro permite compreender os mecanismos gerais que fizeram com que, nas eleições presidenciais de 2014, o total de votos em branco (4,4 milhões), acrescido dos 6,6 milhões de votos nulos e dos 27,6 milhões que não compareceram às urnas, tenha sido maior do que os votos obtidos pelo segundo colocado no pleito. Fenômeno similar ao ocorrido em 2010.



A superação da crise exige ajustes no funcionamento concreto de nossa democracia. Ajustes que permitam maior participação dos cidadãos no processo decisório dos governos. A Constituição Federal de 1988 possui instrumentos raramente utilizados, o Plebiscito e o Referendo. Pouco usados em função de nossa cultura política, que de modo geral desconfia das decisões da população, do "demos".

A realização desta Audiência Pública é para debatermos a necessidade e a conveniência da realização de consulta direta à população sobre se em nosso sistema democrático o voto popular deve ser facultativo (não imposto) ou obrigatório (compulsório) é uma iniciativa Legislativa estratégica para a superação da crise que nossa democracia vive.

Sala das Sessões, em de de 2017.

SERGIO ZVEITER

Deputado Federal PODE/RJ